

A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917)

Nuno Oliveira
nunoliveira84@gmail.com

Resumo

A Primeira Guerra Mundial é um conflito que marca mudanças estruturais no seio de movimentos operários socialistas como a II Internacional, tendo igualmente repercussões nos seus representantes em Portugal. Este trabalho explora as perspetivas da imprensa operária socialista quanto ao desenrolar do escalar do confronto armado na Europa entre 1914 e 1917, essencialmente analisando as posições dos jornais afetos ao Partido Socialista Português. As divisões causadas com a entrada de Portugal na guerra e as questões do aumento da carestia de vida marcam o debate nestes periódicos, permitindo entender a evolução ideológica e de ação do movimento socialista português, que passa de uma visão claramente antibelicista para o apoio à defesa da integridade do território nacional e à denúncia das consequências do conflito para o operariado.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Socialismo, Imprensa Operária, II Internacional

Abstract

The First World War was a conflict that marked structural changes within socialist workers' movements such as the Second International, and also had repercussions for their representatives in Portugal. This paper explores the perspectives of the socialist workers' press on the escalation of the armed confrontation in Europe between 1914 and 1917, essentially analyzing the positions of the newspapers belonging to the Portuguese Socialist Party. The divisions caused by Portugal's entry into the war and the issues of the increase in the cost of living mark the debate in these periodicals, which allow us to understand the ideological and action evolution of the Portuguese socialist movement, which moves from a clearly anti-war vision to support for the defense of the integrity of the national territory and the denunciation of the consequences of the conflict for the working class.

Key-Words: First World War, Socialism, Workers' Press, Second International

Introdução

Esta investigação tem como tema as representações da Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e Gaia entre 1914 e 1917.

Tal como afirma Maria Filomena Mónica, os rumores de uma possível entrada de Portugal na guerra dividiram a política nacional por completo, não escapando disso o movimento socialista. O movimento socialista estava representado em Portugal pelo Partido Socialista Português, fundado em 1875 na sequência do Congresso de Haia. Seguiu, até ao ano de 1914, uma linha ideológica antimilitarista e de condenação face aos conflitos existentes entre nações imperialistas, alinhando-se com as posições e tomadas de decisão da Internacional Socialista. Com o início do conflito, dá-se uma mudança de direção no seio desta organização, principalmente causada pelo apoio do Partido Social Democrata Alemão ao esforço de guerra.

Neste artigo, procura-se entender a evolução do posicionamento do Partido Socialista Português quanto ao conflito armado na Europa, através de um estudo de análise discursiva que versará, essencialmente, a imprensa operária socialista do Porto e de Vila Nova de Gaia. Esta análise tem por objetivo compreender de que forma a evolução e consolidação de um discurso político coeso é expressa nestes periódicos, nomeadamente no que toca às posições do PSP face à II Internacional, à participação de Portugal na guerra e ao impacto do mesmo na carestia de vida da classe trabalhadora.

A abordagem da investigação realizada passou por compreender qual a perspetiva dos periódicos selecionados face à Grande Guerra e à entrada de Portugal na mesma. De que modo estes jornais refletem as decisões tomadas pela II Internacional? Quais são as posições adotadas por estes periódicos face aos Estados, líderes e ideologias que consideram responsáveis pela deflagração do conflito? E qual a sua perspetiva face aos impactos resultantes da entrada de Portugal na guerra?

No sentido de responder a estas questões de investigação, foi privilegiada uma análise de imprensa, uma vez que esta se apresenta como sendo o meio de comunicação de massas mais utilizados nesta cronologia, para além de ser um veículo de transmissão tanto de informação como de discurso ideológico utilizado por diversos partidos, sindicatos e outros grupos políticos ou sociais. No que toca às questões de carácter ideológico, todas estas publicações se assumem como possuindo um pendor ideológico

de cariz socialista, revendo-se nas afirmações e linhas ideológicas do Partido Socialista Português, sendo uma delas o órgão oficial do centro do partido no norte do país.

Em face da cronologia selecionada e de questões práticas de consulta foram selecionadas três periódicos- *A Voz do Proletário*; *A Luz do Operário* e *A Voz do Povo*. O primeiro, publicado semanalmente no Porto desde 1897, era um órgão dos trabalhadores manipuladores de tabaco, cessando a sua publicação em 1920. Este jornal, fortemente vinculado ao partido, dedicava a sua primeira página a artigos referentes à atualidade e a questões particulares da classe dos manipuladores de tabaco. Já o jornal *A Luz do Operário*, tem a sua publicação iniciada em 1893 em Vila Nova de Gaia, encerrando no ano de 1937. De periodicidade quinzenal e saindo aos domingos, este jornal é o órgão dos operários tanoeiros, sendo redigido na sede da União dos Operários Tanoeiros de Gaia. Para além disto, assume-se como “defensor da classe trabalhadora em geral”. Na conjuntura analisada, proliferam na capa deste periódico artigos referentes à guerra e à questão da crescente carestia de vida, o que demonstra a importância dos acontecimentos internacionais para a sua redação.

No que toca ao jornal *A Voz do Povo*, este é fundado no Porto em 1907 e é publicado semanalmente, aos domingos, até ao ano de 1919. Era da responsabilidade do Centro Socialista do Porto, funcionando como o órgão oficial do partido no norte do país. Este periódico, apesar de já se encontrar analisado para esta mesma cronologia pela tese de mestrado de Fausto Correia, é igualmente importante para o desenvolvimento do trabalho que se pretende realizar uma vez que, sendo publicado pelo Centro Socialista do Porto, pode servir como fonte de comparação e análise das ideias e posições oficiais do partido e a forma como estas são repercutidas ou criticadas nos outros dois periódicos. A capa deste jornal era, de uma forma geral, dedicada a questões de carácter mais teórico e ideológico, bem como para temáticas centrais do partido. É de notar a posição vincada do Centro Socialista do Porto que, embora representando a figura nacional do partido, não demonstra problemas em afirmar as suas próprias posições.

No que toca à consulta das fontes, esta foi feita nas versões em papel que se encontram disponíveis na Biblioteca Pública Municipal do Porto, face a não existirem digitalizados quaisquer números deste periódico para a cronologia em estudo.

A metodologia utilizada para a recolha e análise das fontes anteriormente descritas passa por um estudo de carácter qualitativo, sendo criada uma base de dados com o

levantamento e transcrição dos excertos de artigos e notícias referentes à temática do conflito e das suas causas e impactos, bem como outros textos que, pela sua índole de análise política e económica da época, são considerados como relevantes para a realização deste trabalho. A análise destes excertos passa, assim, por entender o discurso político presente avaliando os conceitos e elementos linguísticos mais utilizados, recolhendo palavras-chave que indiquem para os mesmos. Os excertos são escolhidos mediante a presença das palavras-chave, conceitos e ideias que se considerem mais adequados à análise a realizar.

Estado da Arte

Na obra *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Maria Filomena Mónica apresenta uma análise detalhada da evolução do movimento socialista em Portugal, organizado no Partido Socialista Português, desde a sua fundação na sequência do congresso da Primeira Internacional em Haia, em 1875, até ao seu desaparecimento com o advento do Estado Novo. Quanto ao posicionamento dos socialistas face à guerra, a autora revela as controversas tomadas de posição do partido socialista, com diversos militantes a adotarem posições diferentes quanto à participação de Portugal no conflito, mas sempre condenando a existência do mesmo.

Já César Nogueira, na sua obra *Notas para História do Socialismo em Portugal (1895-1925)* revela uma perspetiva muito mais pessoal na análise da evolução deste movimento. O próprio, tendo sido dirigente do Partido Socialista Português durante as décadas de 10 e 20 do século XX, revela as suas interpretações sobre os acontecimentos, apresentando documentos que evidenciam a sua importante ação para com o movimento e que permitem entender de uma perspetiva interna as questões ideológicas e práticas decorrentes dessa estrutura partidária.

Numa perspetiva mais recente, a tese de mestrado de Fausto Correia com o título *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, afigura-se como sendo um trabalho de análise extremamente detalhado sobre a evolução das posições adotadas pelo Centro do P.S.P no Norte durante a guerra, que vão evoluindo desde a primeira condenação veemente de qualquer tipo de conflito, à confrontação com a realidade da guerra e as divergências com o órgão central do partido, passando pela análise dos impactos desta na carestia de vida da população e a participação do partido na Câmara Municipal do Porto. Desta forma, é feita a análise do periódico *A Voz do Povo*, que utiliza como base para

consolidar os seus argumentos e entender os diversos posicionamentos dentro do próprio órgão socialista.

No que concerne à historiografia internacional sobre o movimento socialista europeu, são de destacar as obras de Donald Sassoon e George Haupt, que permitem dar uma contextualização do cenário socialista europeu e mundial, de forma a ser possível entender a ação da Internacional Socialista, onde o Partido Social-Democrata Alemão ocupava um papel preponderante. Neste sentido, a obra de Donald Sassoon- *Cem anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*, caracteriza-se como sendo um trabalho de sintetização da evolução de todo o movimento socialista durante o século XX, são de notar os capítulos 1 e 2, que dão uma contextualização das diversas correntes e posições existentes nos movimentos socialistas europeus, desde a sua fundação como agregador da classe operária até as divergências presentes em quase todos os partidos socialistas e sociais democratas da Europa com o advento da Primeira Guerra Mundial.

Já o livro de George Haupt- *The Socialism and the Great War. The collapse of the Second International*, opta por uma análise detalhada dos eventos que levaram às divergências existentes dentro dos partidos da Segunda Internacional, nos anos anteriores e durante o início da Primeira Guerra Mundial, de forma a entender as questões que levaram ao abandono da crítica do militarismo por vários dos seus líderes dos e as dissidências que levaram à formação dos primeiros Partidos Comunistas na Europa. No que concerne às obras que se debruçam sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, como é o caso do livro de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, é de destacar o capítulo de António Ventura, “Antibelicismo em Portugal”, em que são referidos os posicionamentos dos diversos quadrantes políticos portugueses quanto à guerra e as divergências do movimento operário que se posicionava contra ou a favor do conflito.

1. O PSP e os posicionamentos da II Internacional face à Grande Guerra - breve contextualização

A Segunda Internacional, criada em 1889 em Paris, aquando da celebração dos cem anos da revolução francesa, tinha por objetivo lançar uma nova organização que aglomerasse os partidos socialistas da Europa e do Mundo e substituísse a defunta Primeira Internacional, que já não operava desde 1876. Assim, delegados de diversos

partidos socialistas como August Bebel, Wilhelm Liebknecht, Jules Guesde e Friedrich Engels, um dos fundadores da teoria que inspiraria os socialistas, a par de Karl Marx, procuravam nesta conferência unir as suas forças de forma a revitalizar aquela que consideravam a original missão da revolução que celebravam - “Liberty, equality and fraternity could only become a reality only if social wealth and economic power were transferred from the control of the few to the sovereignty of the whole people (SASSOON, 2001, p. xxiii)”

Assim, e tal como afirma Donald Sassoon na frase anterior, os socialistas procuravam afirmar a criação de uma sociedade em que o controlo dos meios de produção passasse das mãos da burguesia, que segundo os mesmo havia usurpado o poder económico e político no decorrer da Revolução Francesa, para o controlo da classe trabalhadora. Apesar desta base ideológica comum e que fechava a organização à entrada de movimentos de índole anarquista, a II Internacional acaba por adotar, tal como afirma Fausto Correia, uma posição inovadora de “respeito pela autonomia e organização de cada partido segundo as suas próprias circunstâncias nacionais” (CORREIA, 2016, p. 18). Esta tomada de posição que dava mais autonomia a cada um dos partidos integrantes da organização, acabaria por ter consequências futuras na facilidade com que seriam criadas cisões dentro do movimento, o que se irá sentir em grande medida com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial.

É neste contexto que a II Internacional se vai assumir, desde o começo da sua atividade, como uma organização marcadamente antimilitarista e oposta a qualquer tipo de conflito de nações imperialistas. Estas posições ficaram vastamente marcadas tanto no congresso fundador desta organização, em Julho de 1889, como no congresso de 1907 realizado na cidade de Estugarda. Aqui, e tal como refere Sassoon, os socialistas vão, apesar das divergências quanto à ação em caso de existência de um conflito armado, optar pela condenação veemente de todos os conflitos nacionais que vão surgindo no início do século XX, nomeadamente nos Balcãs.

At the the founding congress of the Second International Guly 1889) and at the Stuttgart Congress of 1917) the vast majority of the member parties committed themselves to averting war by all possible means and, should war nevertheless erupt, to using the crisis to bring about a social revolution (Sassoon, 2001, p.27)

Apesar desta posição de denuncia ideológica, Fausto Correia refere que grande parte do movimento socialista não foi capaz de tomar uma posição concreta quanto à ação face a este “conjunto miscigenado de guerras nacionalistas e imperialistas” (CORREIA, 2016, p.20). É neste contexto que se evidencia uma das principais questões ideológicas que marcou a II Internacional e que levou, futuramente, às cisões que fundaram os partidos comunistas modernos. De facto, o Partido Social-Democrata Alemão adota uma visão da teoria marxista denominada “marxismo vulgar”, que pugna por adaptar a teoria revolucionária marxista “ao decorrer dos tempos, atenuando (...) por conseguinte a sua índole revolucionária” (CORREIA, 2016, p.20). A adoção desta perspetiva, aliado ao meteórico crescimento da popularidade deste partido no seio da organização, levou à adoção por parte de diversos partidos socialistas de um reformismo que passava por procurar conseguir diversas reivindicações económicas e sociais através da inclusão dos partidos nos parlamentos denominados burgueses, através da participação em eleições e abandonando, de forma paulatina, a ação revolucionária que visava eliminar estes órgãos. De facto, ao optarem por um reformismo e uma maior autonomia de cada um dos partidos nacionais dentro da própria Internacional, os socialistas vão se afastando cada vez mais do ideal internacionalista preconizado por Marx. Apesar da crescente popularidade do projeto do SPD, as críticas a esta nova tática reformista começam a surgir por parte de personalidades como Lenin, Martov e Jean Jaurés e até mesmo membros do próprio partido alemão como Rosa Luxemburgo.

Estas divergências dentro do movimento socialista vão acentuar-se com o advento da Primeira Guerra Mundial. O evento que vai dar azo ao escalar das tensões será a votação favorável do grupo parlamentar do Partido Social Democrata Alemão face aos esforços de guerra do Império Alemão no dia 3 de Agosto de 1914. Tal como refere Donald Sassoon, apenas 14 dos 78 membros do grupo parlamentar do SPD, entre os quais a já referida Rosa Luxemburgo, se vão opor a este voto. Esta decisão dos alemães é espelhada um pouco por toda a Europa, posições patrióticas e de defesa do território nacional face aos Impérios Centrais foram adotadas por partidos socialistas tão grandes como o Francês, Inglês e Belga, que condenavam a guerra inicialmente mas optaram por escolher a via militarista apesar das dissidências de diversos dos seus mais importantes integrantes.

O mesmo acabou por suceder em Portugal, onde o Partido Socialista Português, que seguia uma linha antimilitarista até 1914, acaba por seguir a tendência referida

anteriormente e apoiar a entrada de Portugal no conflito, apenas se esta fosse requisitada pela aliada Grã-Bretanha e com base nos clássicos argumentos patrióticos da defesa da integridade do território nacional (e, conseqüentemente, do território correspondente às colónias). Tal como acontece com os restantes partidos anteriormente referidos, acabam por emergir opiniões diversas quanto à beligerância portuguesa no conflito, à medida que as decisões vão sendo tomadas pelo órgão central do partido.

Como afirma Maria Filomena Mónica, o Partido Republicano Português (conhecido na época como Partido Democrático), que governava Portugal aquando do início do conflito, procurou a todo o custo melhorar a reputação internacional portuguesa e reforçou a sua disposição para ajudar a Grã-Bretanha no esforço de guerra caso esta necessitasse. Face a esta posição, o PSP procurou inicialmente “defender a posição do SPD alemão”, assentando na defesa da “Alemanha científica”. (MÓNICA, 1985, p. 120) Esta posição irá rapidamente cair com o advento de uma querela entre os socialistas do norte e do sul, representados por Manuel José da Silva e Fernandes Alves, respetivamente. O primeiro mantinha uma posição vincadamente antimilitarista, referindo que as razões para o escalar do conflito eram meramente económicas, evidenciadas por uma “rivalidade imperialista entre as duas grandes potências”. Neste sentido, o militarismo demonstrado por estes países não era mais do que um “aparelho indispensável do capitalismo industrial e financeiro” (MÓNICA, 1985, p.121), e que a guerra tinha sido sempre evitada enquanto as relações económicas entre estes impérios se tinham mantido estáveis. Apesar disto, o socialista nortenho concedia apenas uma exceção a esta sua análise, a participação de Portugal poderia ser cogitada apenas no caso “das tropas estrangeiras invadirem o solo pátrio ou eventualmente inglês” (MÓNICA, 1985, p.121). Já para Fernandes Alves, apesar de se afirmar opositor a todos os conflitos armados, a Alemanha representava nada mais do que apenas “a força bruta”, que deveriam ser prontamente esmagadas recorrendo a qualquer meio necessário. Mesmo dentro dos socialistas a sul esta opinião não era unanime, existindo quem denominasse a guerra de uma falha política e económica.

Apesar de todas estas divergências no interior do partido o Conselho Central “acabou por adotar um ponto de vista relativamente favorável aos aliados”(MÓNICA, 1985, p.122). Esta posição acaba por incitar um aceso debate entre os periódicos oficiais do partido no Norte e no Sul, com *A Voz do Povo* a insurgir-se contra esta posição adotada pelo *Combate*. Mais tarde, e como será visível seguidamente, *A Voz do Povo* irá acabar por adotar a posição oficial do partido.

Desta forma, é cimentada a mudança de posição no seio da Internacional, que tem no exemplo de Portugal mais um dos partidos que irá optar pela via reformista. De facto, a II Internacional vai, tal como refere Donald Sassoon, dividir-se em 3 grandes grupos resultantes das posições tomadas durante a Grande Guerra. Os “socialistas patrióticos”, que constituem o grupo majoritário e aquele que irá alinhar a favor da intervenção dos seus governos na guerra e, por diversas vezes, integrar governos de “união sagrada”, ou seja, de coligação entre socialistas e os partidos ditos “hegemónicos” de forma a criar executivos de consenso em tempo de conflito. Os “socialistas pacifistas”, que se afirmavam a favor de uma neutralidade mas que inicialmente não optaram por quebrar com os partidos favoráveis à guerra e por último, a esquerda antibelicista, que acaba por ser constituída pelos anteriormente quadros críticos e dissidentes que serão responsáveis pela fundação dos partidos comunistas que surgem após 1918.

2. Representações dos partidos socialistas europeus face à guerra

Quanto às posições face aos partidos da II Internacional, é de notar a defesa incondicional do movimento internacional socialista face a todas as críticas, sendo reiterada “toda a solidariedade com a Internacional Socialista Operária”⁴⁴⁸, referindo que esta tudo fez para evitar a guerra, criticando o imperialismo e as grandes potências mundiais que, na sua opinião, agem também contra o movimento socialista. É neste sentido que é desenvolvido o argumento do socialismo como única força política que é capaz de travar uma guerra de carácter “imperialista”, uma vez que seriam o capitalismo e a rivalidade entre as potências os principais causadores deste conflito, já que enquanto as relações comerciais entre elas se mantiveram estáveis não ocorreram escaladas armamentistas, tal como afirma o socialista portuense Manuel José da Silva.

«Não conseguisteis evitar a guerra!» É singular que só a nós, ao Socialismo internacional, se tenha apresentado uma tal acusação [...] que significa isso? Simplesmente nos diz que o Socialismo é a única força que procurou evitar a espantosa catastrophe que hoje assola a Europa.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ Manuel José da Silva. “O que falliu”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 931, 8.11.1914, p. 1.e

⁴⁴⁹ Manuel José da Silva. “O que falliu”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 931, 8.11.1914,

É, desta forma, corroborado o argumento ideológico que era abrangente a toda a II Internacional, de que a instauração de um regime socialista e, conseqüentemente, de um modelo económico alternativo ao capitalismo seriam capazes de pôr termo a um conflito que, na sua visão, era muito mais que um simples confronto entre nações. Para além disto, o apoio dado aos partidos socialistas de países como França e Inglaterra são evidenciados pelas transcrições das intervenções dos seus membros nos congressos internacionais. Neste contexto, é referido o apoio do Partido Socialista Francês à classe trabalhadora alemã e a todos os socialistas germânicos, que se opuseram à guerra, nomeadamente Liebknecht, desde que o seu partido “demonstre que está disponível a lutar contra a abominável casta militarista do seu país”⁴⁵⁰. Neste sentido, quatro meses depois deste pronunciamento do Partido Socialista Francês no congresso de Bristol, a secção do Norte do Partido Socialista Português realiza um protesto no Porto com o intuito de “saudar todos os que nos seus países combatem a guerra”⁴⁵¹, nomeadamente o líder socialista alemão anteriormente referido.

Apesar disto, não deixam de ser tecidas duras críticas ao Partido Social Democrata Alemão, a partir do momento que este vota favoravelmente ao esforço de guerra. Este partido é duramente criticado e acusado de trair os interesses e esforços do movimento socialista para acalmar o escalar do conflito aquando da sua decisão de tomar “parte na deliberada e cruel invasão da nação belga”⁴⁵².

Desta forma, a crítica feita aos socialistas alemães assenta na base da confiança que os socialistas portugueses detinham nos seus partidos homólogos, não compreendendo as decisões de um partido que se assumira antimilitarista e que, perante as pressões do imperador, acaba por votar a favor do esforço de guerra, mesmo tendo força suficiente no parlamento para a conseguir contrariar. Apesar disto, é de notar a opinião favorável dos socialistas portugueses face ao operariado alemão e aos socialistas que tomaram posição e abandonaram o SPD. De facto, a criação em 1917 do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), era resultado do apoio dado por parte da II Internacional a todos aqueles que, dentro do movimento socialista alemão, mantiveram a

⁴⁵⁰ S/A. “Os socialistas francezes no congresso de Bristol”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 559, 20.2.1916, p. 4

⁴⁵¹ S/A. *A Voz do Povo*, nº 468, 16 de julho de 1916, p. 2

⁴⁵² S/A. “A invasão da Bélgica”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 946, 21.2.1915, p. 1

visão antimilitarista aquando do início da guerra. A par disto, é feita uma crítica veemente aos dirigentes do partido alemão que optaram pelo apoio ao governo imperial- “E os socialistas allemães o que deviam era ter previsto as terríveis consequências da guerra, e portanto procurariam a tempo evita-la, visto no parlamento terem uma grande força. Agora as lamentações são um pouco tardias”⁴⁵³

3. Os socialistas portugueses e a Primeira Guerra: ausência de unanimidade

3.1. Antecedentes e o início do conflito

Quanto à perspectiva adotada por estes periódicos face ao início da guerra, é de notar a crítica veemente feita ao militarismo e ao escalar de um conflito que estes consideravam como “fratricida”⁴⁵⁴, na medida em que colocava em confronto os trabalhadores das diversas nações. Para além disto, é ainda utilizado o argumento de que a escalada armamentista apenas favorece os interesses “da grande indústria, do commercio e da terra”⁴⁵⁵, ou seja, do grande capitalismo industrial e dos seus senhores, que eram a classe social alvo de todas as críticas feitas pelos partidos da II Internacional. Assim, a denúncia do sistema capitalista corrobora com a linha ideológica que os socialistas portugueses seguiam, uma via que criticava a guerra por ser um instrumento que teria por fim terminar com qualquer possibilidade de instaurar uma sociedade socialista. Defendiam que esta confrontação ia contra a “tendência dos povos”, que procurariam a paz e o “desabar dos velhos ódios de raça”⁴⁵⁶. Desta forma, enunciam aquilo a que chamam a “missão histórica” do socialismo, que assenta na “transformação do sistema social imperante em outro assente em bases mais equitativas e justas”⁴⁵⁷.

3.2 A participação de Portugal na frente ocidental e nas colónias

Tal como referido anteriormente, o deflagrar do conflito e o voto do Partido Social Democrata Alemão ao esforço de guerra do seu império levaram a uma mudança de

⁴⁵³ “Basta”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 607, 25.6.1916, p. 1

⁴⁵⁴ S. Salgado. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 13.9.1914, p. 1

⁴⁵⁵ S. Salgado. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 13.9.1914, p. 1

⁴⁵⁶ J. Fernandes Alves. “A Guerra Europeia”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 918, 16.8.1914, p. 1

⁴⁵⁷ “Bancarrota do Socialismo ou da Civilização Europeia”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº575, 21.3.1915, p.1

panorama e de opinião na II Internacional. O Partido Socialista Português acompanha esse panorama internacional, apesar das querelas internas que se vão formar. De facto, o discurso antimilitarista vai se moderar ao longo do ano de 1915 e, no ano seguinte, o debate sobre o envio de tropas portuguesas para a frente ocidental em França ganha um destaque ainda maior. É neste sentido que, um jornal como “A Voz do Povo”, irá publicar a decisão tomada no congresso do partido em abril desse ano, que determina que o partido irá apoiar qualquer esforço de defesa da integridade e do território português, sem que este atente contra a autonomia de um estado estrangeiro.

O partido contribuirá, na medida da sua influência, para uma defesa legítima do nosso território e da nossa autonomia, sem atentado ou ofensa ao território e á autonomia dos estranhos (Conceito adotado pelo congresso internacional de Copenhague)⁴⁵⁸

Face a estas declarações por parte do periódico que transmitia as ideias oficiais do partido e apesar dos descontentamentos de alguns militantes socialistas do norte, a *Luz do Operário* corrobora a decisão central do partido e congratula a ação do governo português, referindo que este agiu “condignamente” face à ameaça alemã. Para além disto, referem que apesar de se posicionarem “contra todas as guerras” e desejarem que “desaparecessem as fronteiras”, não podem deixar de reconhecer os perigos da “basófia de leão” por parte do império alemão, saudando a ação de todos os partidos que “n’este amor, ainda chamado da Pátria (...) esqueceram velhos rancorismos para serem todos por um”⁴⁵⁹. Desta forma, saúdam a criação do chamado governo da “União Sagrada” e trazem à discussão o conceito de patriotismo, questão que irá dividir não só o PSP mas toda a II Internacional. Refletem, assim, a mudança de opinião que surge no seio do partido, que passa a entender a defesa do território nacional e o apoio a um país aliado como a Inglaterra como importantes para a manutenção do seu próprio movimento. De facto, a crítica ao militarismo e ao conflito entre estados mantêm-se, embora de uma forma mais moderada e sempre considerando que, já que não foi possível evitar a escalada do conflito, o governo português tudo deve fazer para manter a integridade tanto do território nacional como das suas colónias.

⁴⁵⁸ J. Dias da Silva. “A atitude do Partido Socialista Portugalês perante a guerra”. *A Voz do Povo*, Porto, nº 459, 14.5. 1916, p.3

⁴⁵⁹ “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 600, 19.3. 1916, p. 1

Efetivamente, são as questões do patriotismo e da defesa do território colonial que vão pavimentar a mudança de abordagem por parte dos socialistas portugueses. O movimento socialista português, apesar de por vezes denunciar o ódio racial que considera já prejudicial e que seria eliminado com a realização efetiva do seu projeto político, possui ainda um caráter marcadamente colonial e uma visão do colonialismo português marcada pela questão civilizadora. De facto, as menções à mobilização de tropas portuguesas para as colónias em África e na Ásia são escassas e aparecem muitas vezes apenas como meras referências. A questão do colonialismo é, assim, apenas discutida com alguma profundidade no periódico *A Voz do Povo*, através dos textos do líder socialista Ladislau Batalha que estão presentes com bastante regularidade e configuram crónicas de reflexão teórica sobre o socialismo e a Grande Guerra. Batalha, apesar de defender a questão de adoção do sistema britânico do “self-government” para as colónias portuguesas, acaba por se contradizer mais tarde e defender o discurso de defesa da integridade nacional de líderes socialistas como Manuel José da Silva e Dias da Silva.

4. Representações da Alemanha “agressora”

No que toca às representações dos impérios centrais, as críticas principais são direcionadas ao Imperialismo Alemão e Austro-Húngaro, que referem como sendo regimes expansionistas e que pretendem a dominação europeia que consideram ilegítima- “Do outro lado estão a Alemanha e a Áustria, combatendo pelo engrandecimento dos seus domínios, muitos dos quais convenientemente e inteligentemente extorquidos aos povos vizinhos e amigos”⁴⁶⁰

Condenam o projeto de “domínio mundial” orquestrado por estes regimes e que consideram como uma ameaça à integridade e soberania do território nacional, quer continental como colonial. A crítica é, sobretudo, dirigida ao Império Alemão, por verem neste regime uma efetiva ameaça à soberania de territórios aliados como o Reino Unido. Assim, o poderio militar e económico da Alemanha constituí, para os socialistas, uma ameaça não só ao projeto de sociedade que estes pretendiam implementar mas também uma ameaça territorial e económica. Desta forma, voltam as referências ao apoio da

⁴⁶⁰ A.S. “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 561, 6.9.1914, p. 1

defesa do território nacional perante esta ameaça. Tal como referido anteriormente, a posição dos socialistas portugueses quanto à entrada de Portugal na guerra vai mudar com a possibilidade de requisição do exército português pelos aliados britânicos. De facto, a ameaça que o projeto imperialista alemão constitui para os socialistas acaba por fomentar o desejo que “a terra portuguesa triunphe das arremetidas dos alemães”, que consideram ser “os piores inimigos da humanidade”⁴⁶¹. Assim, o projeto político do PSP acaba por ser suplantado pelo apoio e defesa das “pátrias” que consideravam ameaçadas pelo imperialismo alemão. Exemplo prático deste acontecimento é a transcrição no jornal *A Voz do Proletário* de uma carta escrita pelo operariado belga e direcionado aos operários portugueses onde explicam as consequências da invasão alemã e procuram que os países neutros tomem uma posição quanto aos “crimes” feitos pela Alemanha em território belga. Neste sentido, fazem um apelo ao operariado português para incentivar os seus governos as “constatações verbaes” e “sympathias platonicas”, questionando se estes “deixarão aniquilar a classe operária d’um povo civilizado?”⁴⁶²

5. O aumento da carestia de vida - Impactos da entrada de Portugal no conflito

No que toca aos impactos da entrada de Portugal na guerra, estes periódicos referem-se sobretudo aos impactos na vida da classe trabalhadora. Desta forma, a questão do aumento da carestia de vida é central para a agenda política deste movimento. Com o agravamento do conflito, principalmente a partir do ano de 1916, a exposição da crise económica que começa a ter efeitos em Portugal leva ao aumento substancial de artigos que denunciam o aumento da carestia de vida, o açambarcamento, a inflação de preços dos bens essenciais e dos géneros alimentícios e a reivindicação do aumento dos salários.

Esta questão da alimentação está-se prestando a enormes explorações que redundam em benefício de uns poucos e no prejuízo de grande numero. O pão atingiu um preço desmedido e no emtanto diz-se que em certos concelhos do Norte existe enorme quantidade d’este cereal⁴⁶³

⁴⁶¹ S/A. “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 600, 19.3.1916, p. 1

⁴⁶² S/A. *A Voz do Proletário*, Porto, nº1048, 7.1.1917, p.1

⁴⁶³ “Basta”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 607, 25.6.1916, p. 1

De facto, esta inflação dos preços aliada à falta de cereais e outras matérias-primas levava a dificuldades na estrutura produtora industrial do país, que agudizava ainda mais os preços dos bens essenciais. Este aumento é denunciado em diversos jornais, sendo o exemplo mais contundente a análise feita pelo periódico *A Voz do Povo* num artigo denominado “A situação económica do povo”, onde eram analisadas com detalhe as razões apontadas para a crise económica e as razões das dificuldades passadas pela classe trabalhadora. Neste sentido, é elaborada uma tabela onde são colocados os preços de diversos produtos de consumo essencial, bem como matérias primas como o Petróleo em três cronologias diferentes- Julho de 1914, um mês antes do deflagrar do conflito, Outubro de 1916 e 1907.

De facto, a inflação denunciada é comprovada por esta tabela em que, entre os bens referenciados estão os preços do arroz, que custava 132 escudos em 1914 e passa a ter um preço de 222 dois anos depois. Também o pão de trigo e de milho registam aumentos nos seus preços, sendo o maior aumento registado no primeiro, que passa de 90 escudos para 300 no espaço de dois anos. Já o vinho, de grande importância no contexto da produção nacional, regista uma duplicação no seu preço na mesma cronologia. O mesmo acontece com o litro de azeite e o quilograma de bacalhau, que passa a custar 550 escudos quando anteriormente custaria 255. O café assume-se como um dos únicos produtos cuja inflação de preço foi pouco acentuada, passando de 622 escudos para apenas 640 em 1916- “A conclusão a tirar, se se entrar em consideração com o aluguer de casas, com o vestuário, o calçado e todos os artigos de consumo, é a de que a um salário de 500 reis há 30 anos, deve corresponder um salario de 1\$500 na actualidade”.⁴⁶⁴

Esta situação de agravamento é essencialmente representada pela questão do pão, que com o desenrolar do conflito se torna cada vez mais caro e de pior qualidade. Efetivamente, a falta de trigo e centeio cada vez mais notórios na cidade e o aumento do seu preço leva a que se faça pão de pior qualidade, que agrava ainda mais as condições de fome dos mais desfavorecidos. De facto, a composição do pão passa a ser um dos maiores fatores de reivindicação por parte destes periódicos, que denunciam a introdução de matérias impróprias para consumo na composição de um elemento que era essencial na alimentação de grande parte da população. Esta deterioração é sentida em cidades como o Porto, de forma paulatina à medida que a crise económica se alastra. Esta

⁴⁶⁴ “A situação económica do povo”. *A Voz do Povo*, Porto, nº 498, 11.2.1917, p.1

denúncia da má qualidade do pão e do seu preço crescente é feita com veemência pelo jornal *A Voz do Proletário*, onde figuram diversos artigos de título “O Pão”, onde são exigidas mais medidas por parte da Câmara Municipal do Porto para que possa cobrir esta falta. Apesar disto, mesmo quando estas são acolhidas, são feitas denúncias de incumprimentos e de açambarcamentos que dificultam a chegada do pão e de outros bens de necessidade básica a uma parte considerável da população que mais dele necessitava.

O decreto do 25 do mez findo, que veio regular os preços e typos de farinha e pão, foi uma negociata mal engendrada que além de vir agravar o preço das farinhas, tributando-as com 30 reis em cada kilo, veio ainda fazer uma divisão de qualidades de pão com a qual nós não nos conformamos.⁴⁶⁵

Acrescenta-se que é expressa a opinião de que o aumento da carestia da vida e o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora devem levar, tal como ocorrera na Rússia, a uma mudança estrutural que levasse ao fim da guerra e do militarismo. Efetivamente, é evidenciado, principalmente a partir do ano de 1916, o ponto de vista vincado por parte dos socialistas de que apenas uma rutura completa com o sistema capitalista e uma mudança estrutural na conjuntura económica e política do país poderiam ser a solução para a saída de Portugal deste conflito e para o fim do cada vez maior custo de vida. Esta ambição é brevemente inspirada pelos acontecimentos que se vão desenrolando a partir de Fevereiro de 1917 na Rússia. Tal como referido anteriormente, este discurso não se coaduna com a perspetiva reformista adotada pelo PSP mas sim revela-se como uma esperança pela saída da Rússia da guerra, que acabara por se desvanecer com o desenrolar dos acontecimentos em cronologias não cobertas pela investigação realizada.

Conclusão

Em conclusão, a opinião expressa nos periódicos analisados face ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial reflete a mudança de paradigma dentro da II Internacional, marcada por fortes divisões ideológicas, principalmente centradas à volta da legitimação do financiamento da guerra, sendo os principais campos os que defendiam a proteção da

⁴⁶⁵ “O Pão”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 12.11.1916, p. 1

soberania do território nacional, e os que defendiam os ideais de internacionalismo e pacifismo.

A posição adotada pelos socialistas portugueses reflete a sua associação com a ala “reformista”, centrada na defesa da integridade do território nacional. O Partido Socialista Português ainda defende os princípios antimilitaristas do socialismo, no entanto considera que para este se poder desenvolver, o país precisa de ser capaz de defender a sua “integridade nacional”. Como tal, é possível verificar nos periódicos uma moderação das posições dos socialistas – O discurso não se torna pró-guerra, mas há uma clara aceitação da participação de Portugal ao lado da Grã-Bretanha no conflito, que é justificada pela tentativa de proteger os interesses e a autonomia da nação, e do império colonial, sendo que é entendido que uma ameaça a esta autonomia tornar-se-ia um risco aos seus próprios objetivos políticos – há assim uma associação do projeto socialista português com a própria integridade nacional, uma vez que a participação na guerra é vista como um “mal necessário” para o “bem maior” que é a instalação do socialismo em Portugal.

A análise discursiva realizada neste artigo permite corroborar aquilo que é descrito no estado da arte no que toca às questões dos posicionamentos do Partido Socialista Português no norte e a central do partido na capital. Assim, o antibelicismo mais acentuado dos socialistas nortenhos, de crítica a uma guerra que consideravam imperialista, vai paulatinamente indo ao encontro das críticas do órgão central face ao Império Alemão. As querelas anteriormente descritas dissipam-se, finalmente, nessa defesa pela unidade nacional.

Porém, ao longo do escalar da guerra é possível perceber claramente um maior foco por parte dos periódicos em questões da realidade portuguesa em detrimento de questões ideológicas da participação militar do país na guerra, sem que estas deixem de estar conectadas. A carestia de vida prova ser um tema cada vez mais discutido à medida que o conflito prossegue e, a partir de 1916, passa a ser a preocupação central destes periódicos que procuravam, acima de tudo, defender os interesses da classe mais afetada pelo aumento geral dos preços – a classe trabalhadora.

A questão do pão e da deterioração das condições alimentares em geral são tomadas como as principais razões para o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, estando intimamente ligadas ao desenrolar do conflito.

Finalmente, é de referir uma questão em aberto que surge durante a realização da investigação e poderá servir de base para estudos posteriores. De facto, um dos aspetos que mais se destacou na análise destes periódicos foi a defesa do império colonial português por parte do PSP, tendo em conta não só a posição fortemente contrária do socialismo ao imperialismo, como também a própria crítica feita pelos periódicos das intensões imperialistas da Tríplice Aliança. Desta forma, crê-se que seria oportuno procurar entender a forma como estes periódicos e o Partido Socialista Português em geral conjugaram estas realidades dicotómicas. Assim, a análise do argumento da defesa do império colonial português no contexto de integridade nacional e dos posicionamentos republicanos clássicos da soberania e defesa de qualquer ataque de outras nações ao território colonizado por Portugal, que acontece a par de uma veemente crítica ao imperialismo e expansionismo dos Impérios Centrais dentro da Europa poderia constituir uma outra pesquisa que procure entender a argumentação por detrás desta aparente incoerência.

Fontes

A Luz do Operário: Órgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das classes trabalhadoras em geral. Dir: Luiz Gonçalves de Oliveira. Ano 21, nº 559 (agosto 1914) – ano 24, nº 629 (abril 1917). Vila Nova de Gaya

A Voz do Povo: Fundado pelo Centro Socialista do Porto e Órgão do Partido no norte de Portugal. Dir: Manoel José da Silva. Ano 7, nº 372 (agosto de 1914) – ano 10, nº 505 (abril 1917). Porto

A Voz do Proletário: Órgão dos Manipuladores de Tabaco. Dir: Torquato Joaquim do Couto. Ano 17, nº 918 (agosto 1914) - ano 20, nº 1054 (março 1917). Porto: Imprensa Civilização.

Bibliografia

CORREIA, Fausto – *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Nuno – A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917).
Omni Tempore, Encontros da Primavera 2023, 9 (2024) pp 174-192

HAUPT, Georges – *The Socialism and the Great War. The Collapse of the Second International*. Oxford: Clarendon Press, 1972. ISBN 0198271840. 270 pp.

MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. ISBN 0053000098512. 240 pp.

NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*. Lisboa: Portugália, 1966. ISBN 3306. 296 pp.

SASSOON, Donald – *Cem anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto Editora, 2001. ISBN 9725752600. 582 pp.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. ISBN: 9723312042. 420 pp.

VENTURA, António – Antibelicismo em Portugal. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Quidnovi, 2010. ISBN 9789896281830. 574 pp.